GOVERNO DO ESTADO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO N.º CEE Nº 697/76 (Apresento CEE Nº 301/75)		
INTERESSADO: GINÁSIO E ESCOLA NORMAL "NOSSA SENHORA AUXILIADORA", de LINS.		
ASSUNTO: Solicita convalidação dos estudos realizados pelos alunos dos Cursos Supletivos de 1º e de 2º graus, na modalidade Suplência.		
RELATOR: MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR E Conselheiros: ARNALDO LAURENDO		
PARCELA N.º 779/76	CÂMARA/COMISSÃO CSG F. CPG	APROVADO EM 29.09.76
COMUNICADO AO PLENO EM		

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

Procedente da Câmara do Ensino do 1º Grau, vem a esta Câmara o presente Processo, no qual é interessado o Ginásio e Escola Normal de Lins, que solicita ao Conselho Estadual de Educação, a convalidação dos estudos realizados pelos alunos do estabelecimento matriculados nos Cursos Supletivos de 1º e 2º graus, na modalidade Suplência, a partir do início do funcionamento dos mesmos até a data da publicação da Portaria da Secretaria da Educação - CEBN de 20/10/75.

Naquela Câmara o pedido recebeu o Parecer que adiante se que, relatado pela nobre Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar, no tocante ao Curso Supletivo de 1º grau.

CÂMARA DE ENSINO DO 1º GRAU

PARECER

"I"

"A Direção do Ginásio e Escola Normal "Nossa Senhora Auxiliadora", com sede em Lins, à rua Dom Bosco nº 431, mantido pela Inspeção Imaculada Auxiliadora, com sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, juntando exposição de motivos, solicita a este Conselho, mediante ofício datado de 24 de outubro de 1975, a convalidação dos estudos realizados pelos alunos dos Cursos Supletivos de 1º e 2º graus, na modalidade Suplência, a partir de 1º de fevereiro de 1975 até a data da publicação da Portaria CEBN de 20/10/75, que autorizou o funcionamento dos referidos Cursos.

A Informação nº 5/76 (doc. de fl.71) exarada pela Sra. Supervisora Pedagógica Teresinha de Jesus Barreto, da 2ª DESN de Bauru, confirma os esclarecimentos oferecidos na exposição de motivos pela Direção da Escola. Os fatos que deram origem à irregularidade a ser sanada foram os seguintes:

1. A 3 de outubro de 1974 a escola apresentou à 2ª DESN pedido de autorização para a instalação e funcionamento de Curso de 1º grau (5ª a 8ª séries) e de Curso de Suplência em nível de 2º grau. O processo que recebeu o nº 4184/74 VII DRE, após análise inicial, foi encaminhado ao Grupo de Apoio de Ensino Supletivo da Secretaria da Educação em 14/11/74.

2. Em 14/2/75, antes que fossem autorizados a funcionar, iniciaram-se as aulas dos cursos em questão.

Não obstante sua situação irregular, os mencionados cursos foram regularmente visitados pela equipe de supervisores e pela Sra. Delegada, procedendo-se ao levantamento dos prontuários dos alunos.

Somente em 17 de outubro de 1975 foi a irregularidade constatada por um membro da equipe de Supervisores Pedagógicos, que assim se expressa em seu Termo de Visita (doc. de fl. 8):

"O ensino supletivo-modalidade suplência, 1º Grau(5ª a 8ª séries) e 2º grau, encontra-se funcionando desde fevereiro do corrente ano, sem ter sido publicada a competente autorização.

Tal fato acusou-me espanto, pois passou despercebido à 2ª DESN, talvez devido à sobrecarga de trabalho e o afastamento de supervisores para o atendimento a outros serviços da educação. Preocupados com o início em várias escolas, do ensino supletivo, programou-se levantamento geral do mesmo, no qual esta escola foi incluída talvez pelo fato de constar indevidamente de seu Plano Escolar/75, o plano de ensino supletivo. Entretanto, sabedores que somos do alto nível educacional da equipe dirigente deste estabelecimento, jamais nos ocorreu que tal fato pudesse acontecer.

Orientada pela Supervisora Pedagógica, a escola imediatamente após a publicação para funcionamento, a título precário, dos referidos cursos, encaminhou pedido de convalidação dos atos escolares praticados pelos alunos desde o iní-

cio dos cursos até a data de sua autorização.

Tendo em vista que os fatos que deram origem à irregularidade ora em causa não envolverem má fé da parte do estabelecimento de ensino responsável pelos cursos, e, considerando, outrossim, a necessidade de resguardar os interesses dos alunos, opinamos pela convalidação dos atos escolares praticados pelos mesmos anteriormente à publicação da Portaria CSBN de 20/10/75.

-III-

Convalidam-se os atos escolares praticados pelos alunos do Curso Supletivo de 1º grau, da modalidade Suplência, do Ginásio e Escola Normal "Nossa Senhora Auxiliadora" de Lins, a partir do início de funcionamento do mesmo, em 14/2/75, até a data de sua autorização, a título precário, pela Portaria CEBN de 20/10/75.

São Paulo, 14 de julho de 1976

a) Conselheira- Maria de Lourdes M. Haidar

Relatora.

DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do ensino do Primeiro Grau adota como seu Parecer o voto da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: José Borges dos Santos Júnior, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Le-me Monteiro e Maria de Lourdes Mariotto Haidar

SCPG, em 14 de julho de 1976

a) Cons. Mons. José Conceição Paixão- Presidente"

2. APRECIACÃO

A situação no Ecucandário em tela, tanto do Curso Supletivo de 1º Grau como do curso Supletivo de 2ª Grau, é a mesma.

Por conseguinte, o pronunciamento da Câmara de Ensino do 1º Grau, que aprovou o Parecer acima, no que se refere ao Curso Supletivo, na modalidade Suplência de 1º Grau, poderá ser adotado, por extensão, ao Curso análogo, porém de 2º Grau.

Dest'arte, submetemos à aprovação, a seguinte.

II- CONCLUSÃO

Convalidam-se os atos escolares praticados pelos alunos dos Cursos Supletivos, na modalidade Suplência, de 1º e de 2º Graus, do Ginásio e Escola Normal "Nossa Senhora Auxiliadora, de Lins, a partir do início de funcionamento dos mesmos, em 14/02/75.

até a data das respectivas autorizações, a título precário, pela Portaria CEBN de 20/10/1975.

CSG, em 1º de Dezembro de 1976

a) Conselheiro ARNALDO LAURINDO-Relator

III- DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do ensino do Segundo Grau adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, HILÁRIO TORLONI, LEONEL CORREIL e OSWALDO FRÓES.

CESG, em 1º de setembro de 1976

a) Conselheiro HILÁRIO TORLONI-Presidente.

IV- DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão das Câmaras do Ensino de Primeiro e Segundo Graus, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 29.09.76

a) Cons. Luiz Ferreira Martins
Presidente.